

## **INDUSTRIAIS E POLÍTICA NO BRASIL (1930-1950): A RACIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA**

Elisabete G. de Souza

(21) 2721 4990

[elisagon@ig.com.br](mailto:elisagon@ig.com.br)

UFF - Unicamp

### **RESUMO**

Discute as ações da burguesia industrial paulista nas diferentes conjunturas dos anos de 1930-1950 de modo a identificar os caminhos que essa fração de classe tomou para consolidar o projeto industrialista sem entrar em choque com os demais setores dominantes. Mostra ser o cenário da crise de 1929 o ambiente propício para a disseminação dos princípios da racionalização, sendo estes não só uma estratégia técnica para otimização do sistema produtivo, mas principalmente uma alternativa política para imprimir uma nova direção ética e moral à sociedade brasileira: a civilização industrial. Nesse contexto de crise, o industrialismo surge como uma poderosa ideologia a ser usada pelas oligarquias cafeeiras para retomarem sua posição hegemônica, já que os acontecimentos de 1930 as deslocaram dos centros decisórios do poder. Essa posição marginal afetou principalmente as elites paulistas, provocando um embate aberto com o governo Vargas - a Revolução Constitucionalista de 1932. A derrota fez com que os insurgentes optassem por outro tipo de guerra: a guerra de posição, através da criação de aparelhos privados de hegemonia, como o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho. Ressalta que o projeto burguês disseminado pelo Instituto tinha como objetivo imediato estabelecer novos mecanismos de controle sobre o proletariado, além de buscar convencer seus próprios pares acerca da validade de suas idéias e de seu próprio projeto, com o intuito de reordenar todo o cenário social, a começar pelas próprias relações de produção estabelecidas no interior das fábricas e de lá para toda a sociedade. Destaca que havia duas estratégias sendo modeladas pelos intelectuais idortianos: a busca do consenso ativo das classes dominantes e o consenso passivo das classes dominadas.

**Palavras-chave:** Industriais. Brasil. Hegemonia

### **1. RACIONALIZAÇÃO E HEGEMONIA**

A temática da racionalização surge como a outra face do projeto industrialista e encontra no cenário da crise de 1929 o ambiente propício para a disseminação de seus princípios, colocando-se em cena mais como uma alternativa política do que estratégia técnica para otimização do sistema produtivo. Para entendermos tal situação cabe fazermos uma breve contextualização. Desde o início do século XX as oligarquias agro-exportadoras vinham perdendo rendimentos em função da queda do preço das exportações de café e tal situação levou esse segmento a diversificar seus investimentos, sendo parte

deles canalizados para ampliação da produção industrial. Tal manobra guardava forte interesse político: conter o crescimento das oligarquias que produziam para o mercado interno cuja prova cabal de sua força estava na indicação e eleição de Getúlio Vargas à presidência da república. Nesse contexto, o industrialismo surge como uma ideologia poderosa a ser usadas pelas oligarquias cafeeiras para retomarem sua posição hegemônica, já que os acontecimentos de 1930 as deslocaram dos centros decisórios do poder. Essa posição marginal afetou principalmente as elites paulistas que enfrentaram a situação promovendo um embate aberto com o governo Vargas - a Revolução Constitucionalista de 1932. A derrota fez com que os insurgentes optassem por outro tipo de guerra: a guerra de posição. Recurso este já usado pelos industriais quando tomaram a decisão de criar o CIESP em 1928 para enfrentar os trabalhadores organizados nos sindicatos.<sup>1</sup>

Picheli (1997) destaca que o projeto burguês tinha como objetivo imediato estabelecer novos mecanismos de controle sobre o proletariado. No entanto, sem desmerecer esta problemática, os artigos levantados na Revista IDORT demonstraram que a grande questão que movia as lideranças industriais era convencer seus próprios pares sobre a validade de suas idéias e de seu próprio projeto. Isso significava, portanto, reordenar todo o cenário social, a começar pelas próprias relações de produção estabelecidas no interior das fábricas e de lá para toda a sociedade. Ou seja, havia duas estratégias sendo modeladas: a busca do consenso ativo das classes dominantes e o consenso passivo das classes dominadas. No entanto, como estabelecer uma aliança entre as frações dominantes num momento de forte crise de hegemonia, em que as elites paulistas encontravam-se à margem do bloco de poder? Como firmar posições sem romper compromissos? Como fazer do projeto industrialista um projeto de sociedade?

Wenstein (2000), ao estudar “a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil”, nos chama a atenção para as intencionalidades que envolviam os debates em torno da racionalização do trabalho, no sentido de serem mais do que uma resposta instrumental aos novos desafios apresentados pelos trabalhadores, ou, uma afirmação da autoridade dos patrões contra o poder dos operários especializados. Segundo a autora:

---

<sup>1</sup> De acordo com De Decca (1983, p. 157-8) a criação do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) significou a centralização do movimento dos empresários que já vinham se organizando em pequenas associações, agora reunidas nesta central, resultando em um movimento de fortalecimento da classe, demonstrando que a burguesia industrial, ao contrário dos trabalhadores que já possuíam uma organização política, usou de forma estratégica seus aparelhos privados de hegemonia para disseminar seu projeto político, propondo interesses particulares como nacionais.

[...] a visão instrumental da racionalização só fará sentido se encontrarmos provas de que foi amplamente implementada (com ou sem sucesso) no âmbito da produção, onde haveria de ter um impacto considerável nas relações entre operários e patrões. À falta disso, a concepção estreita de racionalização como um sutil disfarce para uma dominação mais efetiva traz poucos frutos para o trabalho do historiador. (WENSTEIN, 2000, p. 20-21).

Por isso, mais que considerar o discurso dos industriais como um mero "disfarce", como uma estratégia de controle dos trabalhadores no âmbito material, as análises aqui desenvolvidas abarcaram o projeto industrialista em sua totalidade: a econômico-corporativa e a política, pois como ressaltava Gramsci ambos os momentos são indissociáveis, no sentido que toda ação no campo produtivo (ainda que de forma não sistematizada) expressa uma fonte de poder (ainda que instituinte). No caso específico de nosso objeto de estudo, significa dizer que, embora os industriais, defensores da organização racional aspirassem reestruturar o local de trabalho e a força de trabalho, eles se preocuparam em primeiro lugar em reestruturar a si mesmos, ou pelo menos sua imagem de classe. "Identificando-se com novas correntes na organização racional e na administração científica, esses industriais, engenheiros e educadores rogaram a si a autoridade profissional e a competência técnica necessárias para modernizar a sociedade brasileira". (WENSTEIN, 2000, p. 21-22).

Segundo Wenstein (op.cit.), a afirmação da competência técnica assim como seu acesso privilegiado a ela, garantia aos industriais salvaguardar e aumentar sua autoridade dentro e fora da fábrica, arrogando a si a legitimidade técnico-científica para elaborar políticas e programas públicos. Nesse contexto, os defensores da racionalização esforçaram-se por promover novas formas de organização do trabalho e de socialização do trabalhador que, a seu ver, podiam modificar as práticas dos empregadores.

O esforço empreendido pelos industriais e seus aliados para dominar o discurso da competência técnica exigiu a criação aparelhos privados de hegemonia. Nessa direção, identificamos no Brasil na década de 1930, mais particularmente em São Paulo, o surgimento de instituições com esse fim, agregando intelectuais, políticos e empresários comprometidos com o projeto industrialista. Caminhando nessa direção, analisamos no item que segue como o discurso da racionalização defendido pelo IDORT – Instituto da Organização Racional do Trabalho se consolidou como base ideológica de um projeto de poder das classes dominantes paulistas, em especial de sua fração ascendente: a burguesia industrial.

## 1.2 IDORT: O PARTIDO DA BURGUESIA

Gestado em gabinetes, tendo como bandeira a disseminação da organização científica do trabalho, tese defendida intensamente por seus intelectuais, mas só parcialmente aplicada no setor produtivo, o IDORT foi menos uma instituição técnica e mais um partido político; menos um instituto e mais uma entidade educadora de segmentos tradicionais das elites brasileiras, resistentes ao projeto industrialista; (con)formadora de uma nova direção ética e moral (a sociedade moderna) que recolocou São Paulo na cena política e seus industriais na direção do governo.

Além de ações no campo organização da produção, tinha o IDORT a pretensão de estabelecer um novo paradigma para nortear as relações entre as classes sociais. Segundo Picheli (op. cit) ao invés do conflito, das lutas de classes tão evidentes naquele momento, cabia a entidade incultir o espírito de conciliação entre as classes, fator igualmente fundamental para a aceleração do desenvolvimento industrial. Frente a esta perspectiva, todos os projetos alternativos - como os dos anarquistas, comunistas e socialistas - deveriam ser neutralizados. Isso significava não reconhecer a luta de classes, levando o proletariado a se sentir como um parceiro que, com o desenvolvimento industrial, também iria ganhar a sua parcela de riqueza, pois como destacava SIMONSEN (1943, p.272): “a boa evolução econômica depende, fundamentalmente da conveniente organização social e esta, por sua vez, apoia-se na formação de uma sadia comunidade econômica [em que] os problema de ordem econômica e social não podem ser tratados separadamente”.

O tom do discurso de Simonsen aponta que havia naquele período um ambiente propício para o debate em torno da racionalização como recurso técnico para enfrentar os problemas de ordem econômica e social. O discurso se coadunava com as imposições científicas presentes em diferentes setores: na modernização do Estado, na reforma da educação, na organização do mercado de trabalho, etc. convencendo, mesmo os mais afetos às paixões políticas a se renderem aos postulados da ciência e da técnica. Abria-se um caminho menos conflituoso à retórica do governo Vargas de que “nos anos trinta qualquer grupo que desejasse entrar em cena tinha que dá conta da indigesta tarefa de fazer política sem ser político”. (TENCA, 1987, p. 5).

Como destaca Gramsci, o campo da luta política não se restringe ao Parlamento. Essa instância apenas expressa os diferentes momentos da luta de classes que se gesta na sociedade civil, lugar em que as relações de força se definem. Por isso, ao longo de sua história o capitalismo vem se aparelhando em diferentes setores da produção e da vida

social, promovendo ideologias, como a da organização científica do trabalho em que o consenso caminha ao lado da coerção, não necessariamente nessa ordem, conforme observou o pensador italiano ao analisar o fenômeno da industrialização na América.

[o capitalismo] racionaliza a produção e o trabalho combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, 2001, p, 247-8).

No Brasil, desde os anos vinte, a burguesia industrial já havia percebido o quanto era frágil para aplicar modelo fordista e que para tanto precisaria do poder de coerção do Estado, pois não tinha meios para impor a disciplina industrialista a partir da sociedade civil. No entanto, a situação muda a partir 1930, quando a idéia de criar aparelhos de hegemonia se impunha como um imperativo para os industriais em geral, e para os industriais paulistas em particular. Nesse contexto os ideais da racionalização abarcavam uma visão de largo alcance “inaugurando uma vasta empresa intelectual da burguesia industrial” (DE DECCA, 1983, p.181).

Pedro Ferraz do Amaral, em artigo publicado na revista Idort de 1956, recordando a história de criação da entidade faz uma contextualização interessante. Iniciando com a grande crise de 1929 diz que:

Os trabalhos de constituição do novo instituto foram suspensos e por longos meses não mais se cuidou do assunto, pois todas as atenções do comércio e da indústria se concentravam na luta pela própria sobrevivência. Um ano depois, aos fatos do ciclo econômico juntavam-se os acontecimentos políticos, os quais, uns e outros, formariam a grande caudal que, confluindo para um largo estuário a cuja tona pairavam esperanças de salvação nacional, haveria de resultar na revolução de outubro de 1930. Não se curou o grande doente, mas essa terapêutica de choque deu-lhe novo alento. São Paulo encontrou, nos desenganos dessa hora, forças para novos empreendimentos que o levassem a conseguir dias melhores para a Pátria. (AMARAL, 1956, p. 19). Grifos meus.

Como destaca a citação, a “Revolução de 1930” trouxe “desenganos”, mas logo as classes dominantes encontraram forças para novos empreendimentos, sendo a criação do IDORT o primeiro deles. No entanto, cabe ressaltar que a idéia de se criar uma instituição dedicada aos estudos e aplicação dos princípios da racionalização científica do trabalho já existia desde 1924, quando Roberto Mange no Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo iniciou a aplicação de testes psicotécnicos na seleção e orientação

profissional, mas foi a crise de 1929 que levou a adesão das classes dominantes a essa idéia.

Como observou Gramsci<sup>2</sup>, é em períodos de crise que podemos avaliar a capacidade das classes de fazerem política, isto é, de construir formas de articulação e/ou aparelhos de hegemonia que garantam o consenso de classe, definindo as tendências do processo social. É, portanto, na materialidade do encaminhamento de prepostas de uma direção política que se definem as possibilidades de formação do consenso na classe e, conseqüentemente, as bases sob as quais se desenvolverá um processo político-cultural de reestruturação da hegemonia ou de constituição de uma nova hegemonia, que se expressará com a instituição de um novo bloco de poder. A hegemonia assim entendida é posta em discussão pela crise, se reestruturando e se reproduzindo através da crise na forma de revolução passiva.

Aldo Mario de Azevedo (1932), em texto lido em reunião para discutir o estatuto do IDORT, diz que, paradoxalmente, foi a crise política e econômica internacional de 1929 que tornou favorável a racionalização, e que esse fato colocou São Paulo na frente das demais regiões.

A crise que explodiu nos fins 1929 veio a demonstrar violentamente à evidencia a necessidade de nos organizarmos econômica e financeiramente melhorando a qualidade de nossa produção, barateando seu custo, facilitando a sua circulação e distribuição [...]. Esse aparente paradoxo seria unicamente realizável por um trabalho coletivo que permitisse coordenação dos esforços então dispersos, auxiliado por uma vontade individual de modificar a organização própria de nossas empresas produtivas, abrindo uma luta contra a inércia e a rotina, os dois mais formidáveis freios de nossa evolução. (AZEVEDO, 1932, p.36).

Azevedo, também percebe nesse contexto o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho, já que a crise trouxe à cena política “as lutas reivindicatórias das ‘camadas inferiores’ recrudescendo a lutas sociais tão prejudiciais ao desenvolvimento” (Id. ib. p. 36).

Objetivando não perder tempo com as lutas sociais que classificavam como estéreis, os empresários justificam a criação do IDORT: “uma instituição que promoverá pela centralização e coordenação a transformação; pela cooperação íntima das classes e camadas sociais, dos adversários irreduzíveis que hoje se degladiam, em colaboradores de um mesmo ideal” (idem).

---

<sup>2</sup> Gramsci (2001), em "*Americanismo e fordismo*" discute o fordismo no leito dos mecanismos de contra tendência à queda da taxa de lucro e qualifica o *americanismo* como um movimento constitutivo de hegemonia.

Após definir sua linha de atuação, os idealizadores do IDORT esbarraram em outro problema, aparentemente contraditório: não associar a entidade com o projeto industrialista. Sem lastro econômico e político-partidário para enfrentar as classes tradicionais, a solução encontrada pelos industriais foi buscar o apoio do setor comercial. Foi com esse intento que a Associação Comercial de São Paulo tomou à frente do processo, realizando cursos sobre o tema como o oferecido em 1929 por León Walther, psicólogo industrial, membro do Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho, com sede em Genebra, Suíça, cujas palestras “naqueles recuados tempos, quando mal se desenharam as possibilidades da indústria em nosso estado, tiveram o condão de abrir os olhos de muitos daqueles que vieram a ser depois os mentores de nosso parque manufatureiro” (AMARAL, 1956, p. 19).

Além do empenho da Associação Comercial, o projeto recebeu o apoio do jornal O Estado de São Paulo, dirigido por Aramando Salles, sendo sua sede o local das reuniões prévias dos intelectuais idortianos e o lugar em que se deu a fundação da instituição, em 23 de junho de 1931. Seu reconhecimento internacional ocorreu ainda no mesmo ano e foi assim registrado: “o Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho de Genebra reconhece, em data de 1º de outubro, como seu correspondente oficial neste estado o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo”.

No editorial “O que Somos”, publicado no primeiro número da revista Idort, em 1932, encontramos a transcrição do artigo 1º do estatuto do Instituto que define ser este uma “sociedade civil de intuítos não econômicos”, constituindo-se com o “objetivo de difundir os métodos de organização científica do trabalho”, visando “aumentar o bem-estar social”, por meio do “acrécimo da eficiência do trabalho humano, em todos os ramos” expresso no “máximo proveito quer para os indivíduos, quer para a coletividade”.

Pedro Ferraz do Amaral (op.cit.) escrevendo sobre a finalidade do instituto apresenta-o como: associação de caráter técnico, sem quaisquer fins políticos. partidários ou religiosos e sem ligação de espécie alguma com as várias doutrinas sociais sobre o trabalho, sendo seu principal objetivo:

[...] promover uma intensa campanha pela elevação do *standart of living do brasileiro* que trabalha, sem discriminação de classe e sem preocupações religiosas. Reunindo, congregando e paralelizando os interesses de todas as classes ativas da Sociedade [...] a única condição exigida nessa associação paria admissão no seu quadro social é, além da idoneidade moral, que o pretendente trabalhe . (Ib.ib. p.20)

No entanto, por trás da questão técnica escondiam-se questões de ordem política como os conflitos entre capital e trabalho. Em artigo publicado na Revista Idort, ano 1, n. 7 de julho 1932, Francisco Salles Oliveira chama a atenção que a resolução da questão social antes de ser um problema social é, acima de tudo, um problema técnico que guarda na organização científica do trabalho, os princípios de sua solução.

A racionalização da atividade técnica e econômica do mundo trouxe um resultado que não é mais somente restrito ao campo do maquinário, de sua melhoria de produção a um melhor mercado, mas que é uma verdadeira colaboração estreita dos problemas industriais, econômicos e sociais [...] (OLIVEIRA, 1932, p.5).

Mas, para que a racionalização se tornasse um projeto maior, que ultrapasse o muro das fábricas ela precisava ser aperfeiçoada e completada por um campo muito mais vasto e complexo do que o técnico-mecânico. Partindo desse quadro de análise, os intelectuais da organização racional, apesar de identificá-la como a última etapa de uma evolução técnica, são obrigados a reconhecer que ela “deve prosseguir e desenvolver-se no campo social, político e educacional, de modo a fazer “desaparecer o dogmatismo e o empirismo” (id. ib., p.6)

A racionalização é justamente a reação contra o empirismo — também em parte contra o dogmatismo, que é causa de tantos males, de tantas oposições inúteis e tardias. Visto como toda a ordem social depende fundamentalmente da formação e da seleção dos chefes, trata-se de procurar o que a elite deve substituir ao caos de princípios e de hábitos que ainda hoje regula a conduta dos homens, especialmente no campo político-social das produções e das permutas. A fórmula mais característica deste equilíbrio das funções é a organização que tende precisamente a tirar o maior proveito (de alto a baixo da hierarquia) das vantagens respectivas da especialização e da concentração das funções. Organizar significa: criar os organismos artificiais para suprir as insuficiências dos organismos materiais; “organizar cientificamente” significa acrescentar a condição de obter o máximo rendimento, o que obrigue a recorrer a métodos e a todos os recursos do intelecto e da razão. Ela enfim, tende à organização funcional, que, convenientemente compreendida e aplicada, abrange todos os quatro ramos da atividade humana nos diversos graus da escala social. (Id. ib. p. 7)

O sucesso do IDORT incentivou a burguesia a investir em novos aparelhos de hegemonia, como a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), a CNI (1938), o SENAI (1942), o SESI (1946) e IEL (1969), todas ligadas direta ou indiretamente ao campo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos discursos produzidos por intelectuais idortianos podemos concluir que a organização científica do trabalho articulava no seu interior a expansão da produção com novas formas de domínio; um movimento que comportava uma nova política de organização e administração dos negócios e de gestão da força de trabalho, que não desvinculava o aspecto econômico do aspecto político.

A falta de um arcabouço ideológico, de uma base moral que controlasse os conflitos de uma sociedade de mercado movida cegamente pelos interesses *laisse-faire* fez emergir uma crise sem precedentes na história do capitalismo. Nesse contexto, a organização científica do trabalho, surge como um arcabouço teórico a dar conta tanto da dimensão econômica como da questão ética e moral, pois disciplina as leis econômicas sem deixar de lado a questão social, colocando sob bases naturais os problemas das desigualdades entre as classes, ao mesmo tempo em que procura explicá-los através da ciência e da técnica.

A organização científica do trabalho, estudando acuradamente, à luz da experiência e da razão, as leis econômicas, longe de esquecer-las, desprezá-las ou subvertê-las, ao contrário, a disciplina-as, subtraindo-as dessarte ao julgo de interesses privados e subalternos. Faz mais e melhor: moralizando-as, fortalecendo-as, orientando-as de maneira a produzir um acréscimo de bem-estar, individual e coletivo. Suprime ou visa suprimir, de modo pacífico, as ameaças à harmonia social. Prepara um ambiente em que a personalidade humana tem a chance de se afirmar em triunfo criador. Esse é um dos objetivos da Organização Científica que maior destaque deve merecer, pois é um ato de justiça e um ato de reparação: liberta o homem da escravidão injusta do capital, restabelecendo a verdadeira hierarquia entre os fatores da produção [...] (MORAIS, 1942, p.14)

A riqueza de citação de Morais permite-nos aferir que a tese da racionalização ou da organização científica do trabalho buscava criar um equilíbrio entre esses dois fatores da produção - o capital e o trabalho - dando subsídios para o desenvolvimento de teorias econômicas, que tomaram corpo, que se institucionalizaram nas décadas seguintes, como o modelo keynesiano, no campo político-econômico e a teoria do capital humano no campo educacional.

Conforme Gramsci (2001), a história do industrialismo foi um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária ao desenvolvimento das relações de produção capitalista. Essa pressão coercitiva se ameniza com a instauração das ideologias “que dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da

força” (Id.ib. p. 263). Daí a necessidade da busca de um modelo moral não apenas nos “bons hábitos das elites”, que por serem subjetivos estão sujeitos à falhas, mas também na introjeção de uma nova cultura empresarial, em que o modelo de virtude seja o próprio trabalhador. Foi com essa internacionalidade que o projeto de racionalização propagado pelo IDORT se erigiu, tornando-se a ideologia de modernização da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mário Aldo de. Organização do IDORT. São Paulo, **Revista Idort**, São Paulo ano 1 n.1 p.35-38 jan. 1932.

AMARAL, Pedro Ferraz do. Sementeira feliz. **Revista Idort**. São Paulo, ano 25, n.293-29 p. 19-20 maio/jun.1956.

DE DECCA, Edgar **1930 – O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: \_\_\_\_\_ **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. V. 4. p. 241-282.

MORAIS, Fernando Humberto Aspectos da organização científica do trabalho. São Paulo, **Revista Idort**, ano 11 n. 124, p.13-16, abr. 1942.

OLIVEIRA, Francisco Salles A racionalização do trabalho: do problema técnico ao problema social. São Paulo, **Revista Idort**, ano 1 n. 7, p. 2-9 jul. 1932

PICHELI, Valdir. **O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1997.

TENCA, Álvaro. **Razão e vontade política: O IDORT e a grande indústria nos anos 30**. Dissertação de mestrado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1987.

SIMONSEN, Roberto C. **Ensaio sociais, políticos e econômicos**. São Paulo: SENAI, 1943.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: EDUSF, 2000.